



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SÃO BERNARDO
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS – SOCIOLOGIA

ARNON HERBERT ESCÓRCIO DA SILVA

**AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS COMO INSTRUMENTO DE
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO INTERIOR DO ESTADO DO MARANHÃO:**

um estudo na Universidade Federal do Maranhão - São Bernardo.

SÃO BERNARDO - MA

2025

ARNON HERBERT ESCÓRCIO DA SILVA

**AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS COMO INSTRUMENTO DE
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO INTERIOR DO ESTADO DO MARANHÃO:**

um estudo na Universidade Federal do Maranhão - São Bernardo.

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas, habilitação em Sociologia, da Universidade Federal do Maranhão/Campus São Bernardo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciada em Ciências Humanas.

Orientação: Profa. Dra. Amanda Gomes Pereira

SÃO BERNARDO - MA

2025

Escorcio da Silva, Arnon Herberth.

AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO INTERIOR DO ESTADO DO MARANHÃO:

:

um estudo na Universidade Federal do Maranhão - São Bernardo / Arnon Herberth Escorcio da Silva. - 2025.

25 p.

Orientador(a): Amanda Gomes Pereira.

Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do Maranhão, 2025.

1. Acesso Ao Ensino Superior. 2. Assistência Estudantil. 3. Permanência Acadêmica. 4. Política de Cotas. I. Pereira, Amanda Gomes. II. Título.

ARNON HERBERT ESCÓRCIO DA SILVA

**AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS COMO INSTRUMENTO DE
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO INTERIOR DO ESTADO DO MARANHÃO:**

um estudo na Universidade Federal do Maranhão - São Bernardo.

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas, habilitação em Sociologia, da Universidade Federal do Maranhão/Campus São Bernardo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciada em Ciências Humanas.

APROVADA EM: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Amanda Gomes Pereira (Orientadora)

Universidade Federal do Maranhão

Universidade Federal do Maranhão

Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter conseguido alcançar este objetivo, a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso. Aos meus pais e ao meu irmão, pelo apoio constante, e, em especial, à minha mãe, que sempre me incentivou a continuar os estudos e concluir minha graduação. À minha professora e orientadora, Amanda Gomes Pereira, pela paciência durante todo o processo de orientação e elaboração deste projeto, e à minha coorientadora, Gizele Santos, pelo apoio prestado.

Agradeço também aos colegas da minha turma de 2016.2, com os quais, devido ao período da pandemia, acabamos nos distanciando. Apesar da ausência do contato presencial, tivemos a experiência do ensino remoto e algumas amizades permaneceram. Sou igualmente grato às demais turmas com as quais tive a oportunidade de conviver, como a turma de 2020.2, onde conheci novos colegas, e a todos os meus professores, que contribuíram com seu conhecimento e me prepararam ao longo da minha formação docente.

Foi um longo percurso, marcado por desafios como o isolamento durante a pandemia e as greves institucionais. Mesmo assim, perseverei e consegui concluir o curso, tendo este Trabalho de Conclusão de Curso como a etapa final desse processo de estudos.

Essa trajetória foi uma experiência única, que valeu a pena e me proporcionou conhecer lugares novos, pessoas novas e adquirir conhecimentos valiosos. Tudo isso só foi possível graças à Universidade Pública Federal, que me deu a oportunidade de realizar este sonho. Sou profundamente grato ao ensino público, que me permitiu, na minha cidade de São Bernardo – Maranhão, concluir uma graduação em Licenciatura.

A todos que contribuíram para a minha formação, deixo aqui o meu sincero agradecimento.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar de que forma grupos sociais, em especial os jovens, têm ingressado no ensino superior e de que maneira as políticas públicas, como a Lei de Cotas, têm contribuído para a democratização do acesso e para a diversidade no ambiente acadêmico. O estudo foi realizado com discentes do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão – Centro de Ciências de São Bernardo. Os resultados da pesquisa apontam que 45% dos estudantes ingressaram por meio das cotas raciais, 20% por cotas sociais e 35% pela ampla concorrência, evidenciando a relevância das ações afirmativas como mecanismo de acesso ao ensino superior. Os dados revelam ainda que uma boa parte dos estudantes não acessa os auxílios estudantis disponíveis, o que pode comprometer a permanência universitária destes estudantes. Verificou-se, ainda uma forte participação em programas como bolsa permanência, PIBID e iniciação científica, indicando que, além do suporte financeiro, esses programas tem papel relevante na formação acadêmica e profissional dos estudantes. Conclui-se que, embora avanços tenham sido alcançados no ingresso e na permanência, ainda há a necessidade de ampliar e fortalecer as políticas de assistência estudantil.

Palavras Chaves: Acesso ao Ensino Superior. Assistência Estudantil. Permanência Acadêmica. Políticas de Cotas.

ABSTRACT

This article aims to analyze how social groups, especially young people, have entered higher education and how public policies, such as the Quota Law, have contributed to the democratization of access and diversity in the academic environment. The study was conducted with students of the Degree course in Human Sciences/Sociology of the Federal University of Maranhão - São Bernardo Science Center. The results of the survey indicate that 45% of students entered through racial quotas, 20% through social quotas and 35% through broad competition, highlighting the relevance of affirmative actions as a mechanism for access to higher education. The data also reveal that a good part of the students do not access the available student aid, which may compromise the university permanence of these students. There was also a strong participation in programs such as permanence scholarship, PIBID and scientific initiation, indicating that, in addition to financial support, these programs have a relevant role in the academic and professional training of students. It is concluded that, although progress has been made in admission and permanence, there is still a need to expand and strengthen student assistance policie

Keywords: Access to Higher Education. Student Assistance. Academic Permanence. Quota Policies.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. HISTÓRICO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	10
3. A UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO E AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS.....	13
4. AÇÕES AFIRMATIVAS - POLÍTICAS DE INCLUSÃO NA UFMA.....	20
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERENCIAS.....	24

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos tem-se observado uma intensificação acerca do debate da democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, tornando-se um desafio de grande relevância para a esfera educacional e social, uma vez que visa dar acesso às minorias e grupos sociais historicamente excluídos dos espaços de poder. Neste sentido, as ações afirmativas apresentam uma história marcada por lutas sociais e políticas para a inclusão destes grupos e minorias marginalizados, sobretudo, negros, indígenas e estudantes de baixa renda (Daflon; Feres Júnior; Campos, 2013). Nesse sentido, as ações afirmativas se configuram como:

[...] um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas a discriminação racial, de gênero, de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego (GOMES, 2003, p. 27).

No Brasil, a implementação de ações afirmativas em instituições de ensino superior já era uma realidade desde os anos 2000 com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), primeira instituição a adotar tal política. Posteriormente, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) seguiram o mesmo caminho. Em 2004, a Universidade de Brasília (UNB) adotou a política de ações afirmativas, tornando-se a primeira instituição federal a aderir à política de cotas. Desde então, as universidades têm reservado em seus editais um número de vagas a serem preenchidas por candidatos e candidatas que se autodeclararam pretos, pardos, e de baixa renda – desde que comprovada sua condição de hipossuficiência financeira (e oriundos de escola pública).

Essas lutas surgiram especialmente a partir dos movimentos sociais, como é o caso do movimento negro. Essas ações, transformadas em políticas públicas, atuaram para incluir grupos considerados vulneráveis socialmente, e diminuir as desigualdades existentes entre grupos étnicos que foram excluídos desses espaços considerados elitistas e reservados a uma minoria.

A ideia de que o preconceito e a discriminação raciais são apenas um remanescente do passado escravista tem sua contrapartida nas abordagens teóricas, que postulam uma incompatibilidade entre industrialização e racismo. [...] A integração final dos negros era vista como inevitável. A assimilação era apenas uma questão de tempo e seria eventualmente acelerada pelo comprometimento moral e o crescente esclarecimento do grupo branco dominante (HASNBALG, 2005, p. 85).

Devido às desigualdades sociais enfrentadas – principalmente pelos estudantes de baixa renda, em sua grande maioria negros – adentrar no ensino superior torna-se um grande desafio a ser superado. Neste sentido, um dos meios de incluir estes estudantes foi o projeto de democratização do ensino superior, por meio de programas federais como o de Reestruturação das Universidades (REUNI), que expandiu o quantitativo de campi em cidades pequenas, fora das grandes metrópoles, descentralizando e democratizando o acesso ao ensino. Outras duas políticas de grande relevância foram: o Programa de Universidade para Todos (PROUNI) e o Financiamento Estudantil (FIES), exemplos de programas federais focados na expansão e democratização do ensino superior no país, somados às políticas de cotas.

A Lei nº 12.711/2012, sancionada em 29 de agosto do mesmo ano pela então presidenta Dilma Rousseff, passou a garantir a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades federais e institutos federais, sendo essas destinadas a alunos da rede pública –além de incluir dentro desse percentual candidatos pretos, pardos e indígenas (BRASIL, 2012).

Diante disso, é importante pontuar que a respectiva lei passou por uma revisão no ano de 2023, passando a incluir neste percentual estudantes de comunidades quilombolas, assim como instituiu as cotas nos programas de pós-graduação para esses grupos. Com o auxílio desta lei, esse quadro de exclusão vem mudando paulatinamente ao longo dos anos.

De acordo com os dados do informativo de Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pela primeira vez no Brasil, pretas ou pardas cursando o ensino superior em instituições públicas brasileiras chegou a 50,3%¹ no ano de 2018. Isso mostra os efeitos positivos desta lei na inclusão desses grupos vulneráveis no ensino superior, apontando desta maneira para a importância de políticas como essa para que se possa modificar o perfil discente das universidades, tornando-as mais inclusivas e representativas.

¹ A proporção de jovens de 18 a 24 anos pretos ou pardos no ensino superior passou de 50,5% em 2016 para 55,6% em 2018. Entre os brancos, a proporção é de 78,8%. Na mesma faixa etária, o número de pretos e pardos com menos de 11 anos de estudo e que não estavam frequentando a escola caiu de 30,8% em 2016 para 28,8% em 2018, enquanto o indicador para a população branca é de 17,4%. Para maiores informações consulte em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/pela-primeira-vez-negros-sao-maioria-no-ensino-superior-publico>. Acesso em: 18 fev. 2025.

Este artigo, portanto, busca analisar como esses grupos sociais da população, principalmente os jovens, têm ingressado no ensino superior, se essas leis têm sido benéficas nesse processo e se elas têm desempenhado seu papel democrático na esfera educacional, gerando diversidade nos cursos analisados, como o curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia, da Universidade Federal do Maranhão – Centro de Ciências de São Bernardo.

2. HISTÓRICO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A população negra no Brasil historicamente vivencia uma realidade marcada por desigualdades, racismo estrutural e exclusão social, sobretudo, no que diz respeito ao acesso ao ensino superior. A universidade, por muito tempo vista como um espaço de elitista e reservado às classes dominantes, reproduz lógicas excludentes que marginalizam sujeitos racializados e periféricos. Esse processo não é apenas fruto de omissões sociais, mas também de decisões políticas deliberadas, em que o Estado atua como agente ativo na manutenção de hierarquias e privilégios. Conforme destaca Achille Mbembe (2021), em sua teoria da necropolítica, o Estado tem o poder de decidir quem vive e quem pode morrer – seja pela violência direta, seja pela negação de direitos fundamentais, como o acesso à educação.

Nesse sentido, o impedimento ou dificuldade de ingresso e permanência da população negra nas universidades configura-se como um mecanismo de morte simbólica e social, tendo em vista que, ao negar oportunidades, o Estado sustenta estruturas de exclusão que perpetuam a inferiorização da população negra e os relega a subempregos. Dessa forma, a ausência de políticas efetivas de reparação e inclusão revela um projeto político de manutenção das desigualdades raciais. Por isso, destaca-se que a luta do movimento negro pelas cotas e ações afirmativas é também uma luta e reivindicação pelo direito a vida.

O surgimento de universidades e do ensino superior no Brasil ocorreu somente a partir dos séculos XVI e XVII, ocorrendo tardiamente quando comparado a outros países, como no caso da Europa. Neste sentido, seu surgimento deu-se após a vinda da coroa portuguesa para o país, sendo o ensino superior destinado apenas às pessoas que trabalhavam na corte. Para o autor, a universidade:

Em lugar de criar, se dedicou preferentemente a preservar o que já estava criado. E pior ainda, em alguns casos se opôs à criação de novos valores ou descobrimentos de novas verdades; recusou-se a dialogar e a discutir, para não comprometer o 'tesouro' de que se automeia defensora e guardiã. Com a nova obrigação de formar elites baseadas no mérito e no valor individual, que substituíssem aquela outra elite baseada em direitos hereditários ou outorgados como favor real e divino, a Universidade foi clausurando suas portas, encerrando-se em si mesma, tornando-se anacrônica por sua preocupação exclusiva de transmitir a cultura "oficial" dominante [...] (RIBEIRO, 1969, p. 216).

Observa-se, que tal postura conservadora adotada pela Universidade brasileira, que, em vez de promover a criação de novos saberes, optou por preservar valores elitistas e eurocentrados, excluindo desse espaço vozes dissidentes e populares. Ao se recusar ao diálogo e à renovação, ela fortaleceu uma lógica elitista que historicamente marginalizava e excluía grupos racializados e sem poder aquisitivo. Essa estrutura se conectava diretamente ao conceito de pacto narcísico da branquitude, elaborado pela autora Cida Bento (2022), que aponta como a branquitude se organiza silenciosamente para preservar seus privilégios, mesmo diante de uma sociedade que reivindica justiça social.

A universidade, nesse contexto, tornou-se um dos espaços privilegiados de reprodução desse pacto, cujo mérito é utilizado como justificativa para a exclusão. O acesso ao ensino superior continua sendo dificultado para a população negra, pobre e periférica, não por falta de capacidade, mas por barreiras estruturais e simbólicas. A resistência a políticas afirmativas, como as cotas, é uma das formas de proteger o “tesouro” elitista que Ribeiro (1969) fala em seu texto. Assim, o pacto da branquitude se manifesta na negação da diversidade como valor e na tentativa de silenciar saberes que confrontam essa hegemonia branca.

A primeira instituição de ensino superior criada no Brasil foi a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e, antes de sua criação, somente poderiam ingressar no ensino superior indivíduos de grande poder aquisitivo e os que fossem estudar fora do país, sendo um dos principais destinos Portugal. Destaca-se, portanto, que o acesso à educação historicamente foi negado a uma determinada parcela da população brasileira, como mulheres, negros, indígenas, quilombolas, pessoas de baixo poder aquisitivo, relegadas a um espaço de exclusão, subempregos ou à invisibilidade dos trabalhos de cuidado e manutenção da vida, ofertados nos lares brasileiros. O processo de democratização da educação superior possibilitou dessa maneira a entrada dessas minorias a estes espaços considerados de acesso exclusivo da elite brasileira.

Os negros, apesar de comporem 57% da população brasileira, ainda são pouco representados nos ambientes de poder – como no campo da política² – e representam a maioria entre analfabetos³. Embora seja considerado expressivo o índice de negros analfabetos, é importante destacar que o número de pessoas autodeclaradas pardas e negras no Brasil cresceu significativamente comparado há anos anteriores. Ainda são muitos os desafios enfrentados por esse grupo para o acesso a direitos historicamente negados, tais como: uma educação de qualidade, direito à moradia, a saúde, dentre muitos outros.

Neste sentido, as políticas de ações afirmativas são indispensáveis no processo de democratização do ensino superior no Brasil, já que surgem como uma forma de romper com o passado e a lógica colonial, tão enraizada na cultura do país. No período imperialista, a população conviveu com um histórico de exclusões, discriminações e violências perpetradas sobre os povos originários e negros escravizados, criando-se dessa forma uma lógica de dominação e submissão repassada de geração em geração, ao qual seus efeitos estenderam-se até a contemporaneidade, introduzindo-se inclusive nas diferentes instituições sociais. É o que pensador brasileiro Silvio de Almeida chama de racismo institucional, que é um tipo de discriminação legitimada pelas leis e normas da sociedade. O racismo institucionalmente estruturado ocorre quando as instituições são dominadas por grupos hegemônicos que usam o poder para propagar suas ideologias, interesses políticos e econômicos, utilizando-se desses mecanismos para se manterem no poder, mantendo assim seus privilégios, e excluindo e oprimindo as minorias (SILVA, 2019).

² Após 10 anos de lutas históricas dos movimentos negros e feministas pela equidade racial e de gênero nos cargos políticos, a representatividade de mulheres e pessoas negras nos poderes Legislativo e Executivo ainda registra avanços limitados no Brasil. A população negra ocupava, em 2016, 42,1% das cadeiras no Legislativo e 29,2% no Executivo Municipal. Nas últimas eleições, esses percentuais chegaram a 45,9% e 33,5%, respectivamente. No Congresso Nacional, enquanto 20% dos deputados e senadores eram negros, em 2014, essa população representava, em 2022, 26,2% do legislativo federal. A análise faz parte de um levantamento do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) em parceria com o coletivo Common Data. Para maiores informações consulte em: <<https://inesc.org.br/em-10-anos-representatividade-racial-avanca-pouco-na-politica/>>. Acesso em: 20 fev. 2025

³ As desigualdades raciais na educação brasileira permanecem. É o que apontam dados divulgados pelo IBGE. De acordo com o estudo, embora tenha havido uma diminuição de mais de 200 mil analfabetos entre 2022 e 2023, a porcentagem entre os negros é mais que o dobro da entre os brancos. No ano passado, enquanto 3,2% da população branca não sabia ler ou escrever, a taxa chegou a 7,1% entre a população negra. Além disso, o IBGE calculou que os brancos estudam em média 10,8 anos. Já entre as pessoas de cor preta ou parda, esses anos ficaram em 9,2. Para maiores informações consulte em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/educacao/audio/2024-03/raca-ainda-e-fator-determinante-no-acesso-educacao-no-brasil>>. Acesso em: 20 fev. 2025.

Denota-se, portanto, que neste tipo de racismo, praticado por grupos dominantes que detém o poder destas instituições (geralmente pessoas brancas), elas usam esse poder para manter seus privilégios sociais, impor suas ideologias, cultura e posição, legitimando violências perpetradas contra grupos dominados. Outrossim, por vezes atuam de maneira sutil, impossibilitando reações, comoções e resistências.

De acordo com, Almeida (2019), as políticas afirmativas atuam para desconstruir o sistema racista existente na sociedade e cristalizado no meio institucional, perpetrado pelas pessoas brancas. Por meio destas políticas pode-se promover a inclusão de grupos vulneráveis, dominados, ocupando espaços historicamente reservados às elites brasileiras. Assim, manter e ampliar as políticas de ações afirmativas torna-se uma tarefa muito importante para o desenvolvimento da sociedade, sobretudo, porque a realidade brasileira é permeada por inúmeras desigualdades sociais.

Neste cenário os marcadores sociais de gênero e etnia são usados para excluir homens e mulheres – em sua grande maioria negros e negras – dos espaços e posições de poder. Por isso, é fundamental que existam políticas públicas afirmativas voltadas à inclusão social destas minorias para que, desta forma, possa-se transformar essa realidade, pois, essas políticas caminham na contramão de um sistema excludente e racista.

3. A UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO E AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

A Universidade Federal do Maranhão passou a aderir às políticas de ações afirmativas em seus processos seletivos somente no ano de 2007, após inúmeros debates e simpósios que abordavam sobre a relevância da implementação dessas políticas públicas. Observa-se que tem uma janela de tempo de 7 anos quando comparada com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e de 3 anos quando comparada com a Universidade de Brasília, ocorrendo tardiamente a efetividade dessa política em algumas instituições federais, como no caso da UFMA.

A implementação dessa política se deu através da Resolução 574 de 2007, que alterou a legislação vigente da instituição, ficando estabelecido o critério racial e social nos ingressos de estudantes. A instituição, além de expandir o número de campi e centros universitários por meio do REUNI, também começou a priorizar o ingresso e permanência

desses grupos, antes excluídos nas universidades públicas. Partindo desta assertiva, destaca-se, que segundo dados da Pró-reitoria de Ensino da Universidade Federal do Maranhão:

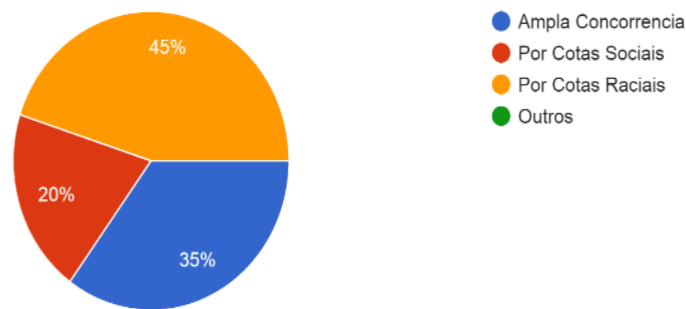
Atualmente, dos 28.325 discentes com matrículas ativas na UFMA, 12.323 ingressaram por meio das cotas. Em 2025, das 5.914 vagas ofertadas nos 97 cursos de graduação, 3.118 foram reservadas para cotas, quase 53% das vagas ofertadas. Para o pró-reitor de Ensino, Romildo Sampaio, ao longo de todos esses anos, percebe-se que as cotas têm contribuído para maior inclusão regional, diversidade racial e social e redução da desigualdade no acesso à educação superior de qualidade na instituição (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2025, s/p).

Programas e políticas que visam à inclusão e à democratização do ensino superior servem para reparar desigualdades históricas presentes na sociedade brasileira, sobretudo em relação a indígenas e afrodescendentes. Outros programas que partilham do mesmo viés são os programas federais, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Financiamento Estudantil (FIES), que servem para dar acesso e incluir candidatos de baixa renda, em situação de vulnerabilidade, para que possam concorrer a uma vaga no ensino superior.

Nesse sentido, a Universidade Federal do Maranhão tem se destacado por adotar medidas que visam garantir maior inclusão e democratização do ingresso em seus cursos. Ao refletir sobre a importância dessa política, o pró-reitor de Ensino, Romildo Sampaio, enfatiza que:

Acredito que a política de cotas é um dos programas mais bem-sucedidos para a mudança do perfil dos estudantes e democratização do acesso ao ensino superior às universidades públicas, especialmente, quando consideramos os grupos historicamente excluídos, como estudantes negros, pardos, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e de baixa renda. Ao transformar o perfil dos estudantes que ingressam na educação superior, ela contribui para a construção de um país mais igualitário. Representa, assim, uma conquista histórica na luta por uma educação mais inclusiva e justa (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2025, s/p).

Neste sentido, quando perguntado aos participantes da pesquisa sobre como foi a forma de ingresso na referida instituição, 45% disseram que o ingresso ocorreu por meio das políticas de cotas raciais, 35% por ampla concorrência e 20% por cotas sociais.

Gráfico 01 – Acesso ao ensino superior

Fonte: Silva, 2025.

Com isso, percebe-se uma mudança no quadro de discentes nas universidades; atualmente, essas políticas promovem mais inclusão a uma parcela da sociedade que geralmente não se via representada nesses espaços sociais. No contexto racial, as cotas incluem os PPI (pretos, pardos e indígenas), que podem concorrer a essas vagas ao passarem pelo processo de heteroidentificação. Quando aprovados, os candidatos devem fazer uma comprovação por meio da apresentação de documentos. Algumas universidades atualmente também utilizam bancas de Heteroidentificação, que servem para garantir que a vaga seja preenchida corretamente e que os critérios não sejam burlados.

Diante deste aspecto, é importante também destacar aqui como surge o conceito de raça e como este passou a ser utilizado para se referir a determinados grupos e pessoas de forma depreciativa. O conceito de raça serviu para legitimar o processo de escravidão e o domínio sobre esses grupos étnicos, tendo em vista estarem: “Baseados nos princípios de evolução da espécie e da seleção natural, os darwinistas acreditavam numa raça pura, mais forte e sábia que eliminaria as raças mais fracas e menos sábias, desenvolvendo, portanto, a eugenia (SANTOS, 2002, p. 51)”. Essas ideias ganharam força e espaço através do colonizador europeu, que fez da terra de outros sua casa e história.

Os conceitos, as classificações servem de ferramentas para operacionalizar o pensamento. É neste sentido que o conceito de raça e a classificação da diversidade humana em raças teriam servido. Infelizmente, desembocaram numa operação de hierarquização que pavimentou o caminho do racismo (MUNANGA, 2003, p. 2).

Este individuou via-se como civilizado, logo o diferente era o bárbaro, inculto de modos e valores culturais. Neste sentido, Wood explica que:

O racismo moderno é diferente, uma concepção mais viciosamente sistemática de inferioridade intrínseca e natural, que surgiu no final dos séculos XVII ou início do século XVIII, e culminou no século XIX, quando adquiriu o reforço pseudocientífico de teorias biológicas de raça, e continuou a servir como apoio biológico para opressão colonial mesmo depois da abolição da escravidão.” (WOOD, 2011, p.21)

Portanto, raça trata-se de um conceito ligado à exclusão e a prática de discriminação social, ao ser usado para legitimar discursos violentos contra as minorias. As cotas raciais, neste sentido, contribuem para a inclusão, possibilitando a construção de ambientes mais equitativos, como forma de reparação histórica e diminuição dos impactos do racismo estrutural.

Raça não é apenas uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil, mas é também categoria analítica indispensável: a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de ‘cor’ enseja são efetivamente raciais e não apenas de ‘classes’ (GUIMARÃES, 1999, apud GUIMARÃES, 2002, p.50).

Devido à ação ter obtido resultados exitosos, outras instituições começaram a também implementar o sistema de ações afirmativas (AA) no processo de seleção para entrada dos estudantes. Pensar e implementar ações como estas, de certa forma, contribuiu para o rompimento com o sistema discriminatório e excludente que opera no Brasil desde os tempos coloniais. Essas medidas passam a ser adotadas para romper com um passado colonial, prezando, desta maneira, pela criação de espaços e políticas menos excludentes e meritocráticas.

Neste sentido, a Universidade de Brasília, pioneira nas discussões sobre ações afirmativas no ensino superior, elaborou um plano de metas voltado para a integração social, étnica e racial. Esse documento busca refletir a diversidade brasileira no espaço acadêmico e garantir maior representatividade de grupos historicamente excluídos, como destacam Carvalho e Segato (s.d., p.1):

O Plano de Metas visa atender à necessidade de gerar, na Universidade de Brasília, uma composição social, étnica e racial capaz de refletir minimamente a situação do Distrito Federal e a diversidade da sociedade brasileira como um todo.

Percebe-se a preocupação da instituição em incluir grupos que fazem parte da composição e formação da sociedade brasileira, mas que por muito tempo ficaram afastados desses espaços. Atualmente, a universidade também avançou com a adoção de cotas em cursos de pós-graduação, aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) no ano de 2020. Dessa maneira, a universidade destina 20% de suas vagas a candidatos negros e garante pelo menos uma vaga em edital para indígenas ou quilombolas, sendo uma vaga adicional. Com isso, ela também se tornou referência em ações de enfrentamento às desigualdades, promovendo a inclusão de estudantes também na pós-graduação.

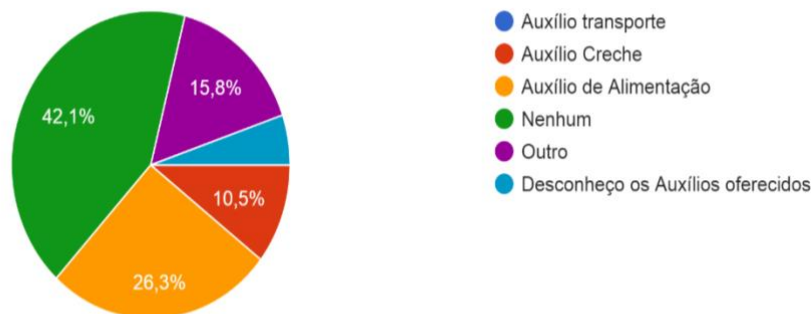
Atualmente, além de adotar o tradicional vestibular e a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a universidade ainda conta com um vestibular destinado apenas a estudantes indígenas, podendo estes indígenas serem de qualquer região do país e optarem por essa modalidade, promovendo ainda mais a inclusão de povos originários. Essas medidas são fundamentais para que se possa mudar a realidade de grupos que foram apagados da história da sociedade brasileira, sendo excluídos de oportunidades que, antes, só eram destinadas a uma pequena parte da sociedade.

A partir dessas ações, percebe-se um aumento de jovens negros e indígenas que passaram a adentrar as universidades no Brasil. No entanto, isso não é o bastante, muito ainda deve ser feito pela permanência destes sujeitos nessas instituições de ensino, a fim de que eles possam concluir os estudos sem desistir do curso. Por isso, atualmente, trabalha-se também com políticas públicas de permanência destinadas a jovens universitários. Assim, é de grande importância os auxílios estudantis e bolsas oferecidas aos estudantes, sobretudo, estudantes de baixa renda, em situação de vulnerabilidade social, cuja a falta de renda para se manter nos bancos universitários acaba por impedi-lo de terminar seus estudos.

Com isso, denota-se, que o acesso ao ensino superior, embora seja um direito assegurado e um importante instrumento de mudança social, ainda enfrenta diferentes barreiras por parte dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial para aqueles que residem em regiões do interior do interior do Maranhão. Nesse contexto, a distância física da instituição, os custos com moradia, transporte, alimentação e materiais acadêmicos representam um obstáculo real à continuidade dos estudos. O auxílio, neste cenário, trata-se não de apenas um benefício, mas, acima de tudo um recurso indispensável para a efetiva permanência do aluno na universidade.

Objetivando compreender a importância e alcance dessas políticas de assistência estudantil, outra pergunta feita aos participantes, voltada para que eles respondessem se recebiam algum tipo de auxílio estudantil. Em caso afirmativo, estes deviam também identificar qual o auxílio em questão. A pesquisa, revelou que 42,1% dos estudantes ativos do curso de Ciências Humanas/Sociologia, que responderam à pesquisa, relataram não receber nenhum tipo de assistência estudantil. Este dado, portanto, carece atenção, tendo em vista que evidencia que uma parcela significativa do corpo discente da referida instituição pode enfrentar dificuldades para manter sua permanência no curso, sobretudo, se considerar o contexto socioeconômico de muitos alunos oriundos de povoados da zona rural de cidades pequenas e médias do Maranhão. A ausência dessa assistência pode, portanto, impactar a rotina acadêmica destes estudantes, levando à sobrecarga financeira e à necessidade de conciliação dos estudos com uma atividade remunerada, o que pode comprometer a permanência dos discentes. Já 26,3% responderam receber auxílio alimentação, 15,8% informaram receber outros tipos de auxílio (bolsa de iniciação científica, etc), e 10,5% recebem auxílio creche.

Gráfico 02 – Identificação de auxílio estudantil

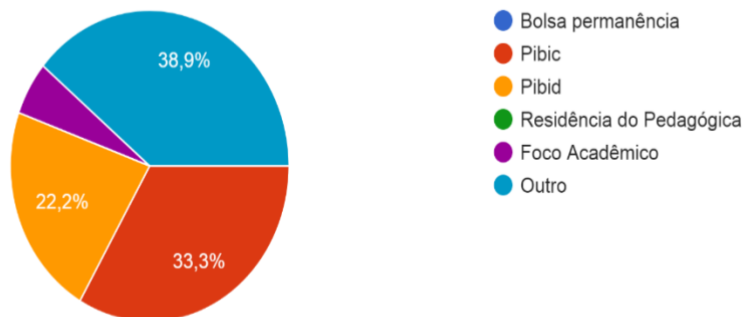


Fonte: Silva, 2025.

O auxílio estudantil, neste cenário, cumpre um papel estratégico ao mitigar barreiras, possibilitando desse modo que o estudante possa concentrar-se apenas em sua formação acadêmica, sem assim comprometer sua subsistência. Com vistas nisso, é importante pontuar que as políticas estudantis devem ser compreendidas como uma medida de justiça social, uma vez que estas visam a reduzir os impactos das desigualdades sociais sobre grupos historicamente excluídos e silenciados.

Ao partir deste viés, outro questionamento feito aos participantes é se estes participavam de algum tipo de assistência estudantil de incentivo à licenciatura ou aos estudos de modo geral.

Gráfico 03 – Participação em programas de incentivo à licenciatura ou aos estudos.



Fonte: Silva, 2025.

A análise dos dados evidencia que a maior parte dos estudantes 38,9% está vinculada à bolsa permanência, seguida pelo Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) com 33,3%, seguido pelo Programa Institucional de Iniciação Científica, com 22,2%. Tais dados revelam que existe uma adesão não somente a programas que contribuem financeiramente, mas que também estimulam a experiência acadêmica e a inserção dos estudantes em atividades de pesquisa e ensino.

Em uma realidade como a do município de São Bernardo/Maranhão, em que muitas vezes o acesso ao ensino superior revela-se uma possibilidade de mobilidade social para uma família, a garantia do auxílio estudantil torna-se um investimento capaz de modificar a realidade de gerações familiares. Neste sentido, alguns programas que merecem destaque são o Bolsa Permanência, a Bolsa Alimentação, o Auxílio Transporte, o Foco Acadêmico, o Auxílio Moradia, Auxílio Estudante com Filho⁴, entre outros. Com isto, salienta-se que o conjunto dessas políticas estudantis se constitui uma rede de sustentação aos discentes.

⁴ Neste sentido, um importante trabalho que levanta uma discussão sobre a importância do auxílio estudante com filho e o debate de gênero é a trabalho produzido pela professora pesquisadora Amanda Gomes Pereira e colaboradores intitulada TRABALHO NO LAR, CUIDADO E EQUIDADE DE GÊNERO: um estudo de caso. Disponível: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/25266/16130>.

4. AÇÕES AFIRMATIVAS - POLÍTICAS DE INCLUSÃO NA UFMA

As políticas de ações afirmativas na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), foco desta pesquisa, começaram a ser adotadas em 2007, período que a instituição passava por um processo de modernização e expansão de seus campi, após adesão ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído através do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

Uma das preocupações da universidade foi garantir que, além da ampliação de seus campi, fossem implementadas políticas sociorraciais no processo de ingresso dos novos estudantes, promovendo maior acessibilidade e inclusão de grupos historicamente silenciados e excluídos.

O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB), um importante grupo de estudos formado por docentes da UFMA, teve um papel fundamental na adoção dessas medidas. Por meio de pesquisas sobre o tema, o grupo analisou a adesão da universidade às ações afirmativas e os benefícios de sua implementação.

Pode-se lembrar que a própria instituição, em seu texto, definiu que:

[...] Propomos que os investimentos no sistema público de ensino superior devem prever tanto políticas de ampliação do acesso quanto o fomento da permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade. Nosso programa mostra que as IES, ao implementarem políticas e ações afirmativas consistentes, habilitam-se para enfrentar o secular sistema de desigualdades sociorraciais começando a combater sua reprodução já na dimensão do acesso à Universidade, mas ampliando o combate, correspondentemente, a todos os espaços acadêmicos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2007, p.39).

Observa-se que a Universidade se mostra favorável à inclusão de estudantes socialmente vulneráveis e reconhece a discriminação racial e a exclusão desses grupos étnicos como um problema secular no país. Atualmente, a instituição dispõe de uma Diretoria de Ações Afirmativas e Equidade (DiAE). O Maranhão possui um total de 6.775.152 habitantes, segundo o Censo de 2022, mas ainda há uma baixa presença de alunos negros e indígenas nas universidades.

As políticas de ações na UFMA têm o papel de minimizar os efeitos do racismo na definição de oportunidades, como no acesso ao ensino superior, por exemplo. Dessa forma, as discussões que abarcam os dois fatores apresentados localizam as desigualdades e passam a relacioná-las à conotação negativa atribuída aos elementos que referenciam o pertencimento racial. O que justificaria a adoção de ações afirmativas, em diversas instâncias, provocando a ruptura da estrutura de poder que produz e alimenta o racismo, provocando

desigualdades que não podem ser amenizadas por meio das chamadas políticas universalistas ou de medidas que apenas proíbem a discriminação racial (ALMEIDA, 2018, p.41).

Vale lembrar que o estado do Maranhão tem uma população majoritariamente composta por negros e indígenas, mas esse percentual ainda é pouco representado tanto na educação básica⁵ quanto no ensino superior. A adoção de ações afirmativas e políticas públicas, são, pois, de grande relevância para um estado com alto índice de pessoas sem formação acadêmica⁶.

Com a chegada de centros de ensino e Instituições de Ensino Superior (IES) em pequenas cidades, observa-se um aumento no número de jovens de zonas rurais, negros e de baixa renda frequentando esses espaços educacionais e conseguindo concluir o ensino superior. Isso representa um avanço significativo e uma oportunidade de transformação da realidade dos jovens deste estado.

Dessa forma, é substancial não somente garantir o acesso, mas, além disso, pautar e assegurar a permanência dos estudantes no ensino superior. Com vistas nisso, a UFMA promoveu debates e congressos como Congresso de Pesquisadores (as) Negros (as) – COPENE, Ações Afirmativas para além das cotas: Seminário para a implantação de um programa de ação afirmativa na UFMA, realizado em parceria com o Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade que ocorreu entre os dias 29 e 31 de agosto de 2006. Os assuntos debatidos nos referidos eventos destacaram a importância da adoção de políticas afirmativas, assim como ressaltaram a relevância das políticas de permanência para os alunos que ingressariam na universidade por meio deste sistema.

A UFMA foi se integrando as diversas políticas de acesso e permanência a educação superior, na medida que surgiram em meio a debates políticos e acadêmicos no cenário local e nacional [...]. As demandas dos movimentos acerca de políticas de acesso à educação superior foram decisivas para a implantação do sistema de cotas no processo de seleção para ingresso nos cursos de graduação desta universidade (BRAGA, 2019, P.84)

⁵ No Brasil, 9,8 milhões de jovens, de 15 a 29 anos – ou 19,9% da população dessa faixa etária – não concluíram a educação básica (formada pela educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio) e não frequentam escolas, segundo dados da pesquisa Juventudes Fora da Escola, do Itaú Educação e Trabalho e da Fundação Roberto Marinho, baseada em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022. Para maiores informações consulte em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2024-03/quase-10-milhoes-de-jovens-sem-ensino-basico-estao-fora-da-escola>>. Acesso em: 28 fev. 2025.

⁶ Maranhão é o estado do Brasil com maior percentual de pessoas sem instrução. Ao todo, foram contabilizados 661 mil maranhenses sem instrução em 2019. O estado também tem a 4ª maior taxa de analfabetismo do país. Para maiores informações consulte em: < <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2020/07/15/maranhao-e-o-estado-do-brasil-com-maior-percentual-de-pessoas-sem-instrucao.ghtml>>. Acesso em: 28 fev. 2025.

Ou seja, não bastava apenas oferecer ao estudante o ingresso na instituição, mas também garantir uma qualificação adequada, que possibilitasse sua permanência e conclusão da graduação de maneira digna. Era necessário um suporte antes, durante e após sua saída da universidade.

As ações afirmativas na UFMA, embora tenham começado a partir de debates e seminários promovidos por docentes, estudantes e comunidade acadêmica em geral, nota-se que, a mobilização foi menor em comparação à dos movimentos sociais no estado, que, em maioria, são compostos por pessoas negras e pardas, muitas das quais estão fora das instituições de ensino superior. Essa disparidade se torna evidente quando analisamos a representatividade por cor na universidade em relação à população do estado. Tal cenário se revela ainda mais excludente quando analisamos o percentual de docentes da UFMA que se declaram pretos e pardos. Neste sentido, a partir de uma análise rápida do quadro de professores de Ciências Humanas, por exemplo, evidencia-se que existe pouco menos de dez professores negros e pardos. Quando expande-se esse olhar para o quadro geral do Centro de Ciências Humanas São Bernardo, percebe-se que esse número não chega sequer a cinquenta docentes autodeclarados negros e pardos.

Essa realidade traz implicações diretas para a representatividade acadêmica. Sobretudo, porque a falta de representatividade não impacta apenas os números estatísticos, mas atravessa também as vivências de estudantes negros e pardos, que muitas vezes não encontram, entre os seus professores, referências que partilham de suas origens sociais e raciais. Isso pode comprometer o sentimento de pertencimento, bem como o fortalecimento da identidade acadêmica desses alunos, que permanecem sub-representados tanto no corpo discente quanto docente. Portanto, é urgente pensar políticas institucionais que não apenas ampliam e garantam o acesso de negros e pardos à graduação e pós-graduação, mas que também garantam a permanência, ascensão e consolidação desses sujeitos nas carreiras acadêmicas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados da referida pesquisa, portanto, evidenciou que as políticas de cotas e ações afirmativas exercem significativa relevância para a mudança no quadro dos alunos, dando espaço para a diversidade de grupos historicamente excluídos e

marginalizados. O ingresso majoritário por meio das cotas raciais demonstra que tais políticas têm cumprido sua função de ampliar oportunidades e reduzir desigualdades históricas. Ainda assim, o percentual expressivo de estudantes que entram por ampla concorrência reforça que a universidade se constitui como um espaço plural, no qual diferentes trajetórias e realidades se encontram.

No que tange aos auxílios estudantis, observou-se que grande parte dos estudantes ainda não acessa muito dos benefícios disponíveis na referida instituição de ensino. Esse dado sugere a necessidade de maior divulgação das políticas de assistência, assim como a ampliação de auxílios que respondam às demandas reais dos discentes, como os auxílios alimentação, transporte e estudante com filho/filha. Tendo em vista que a falta de acesso aos programas de assistência estudantil e fomento a pesquisa e ensino pode comprometer a permanência desses estudantes no ensino superior, contribuindo dessa maneira para o aumento da evasão, em números maiores entre aqueles que necessitam conciliar trabalho remunerado e estudo.

Diante disso, é necessário também compreender que com apenas as cotas não se consegue transformar uma realidade social, sendo substancial também que outras medidas e ações sejam realizadas como a implementação de mais bolsas estudantis visando dessa maneira garantir não apenas o acesso ao ensino superior, mas também a permanência deste aluno na instituição.

Portanto, denota-se que a partir dos dados observados reforça-se que, embora avanços significativos tenham sido alcançados, ainda se faz necessário a ampliação e aprimoramento dessas políticas, haja vista os inúmeros desafios enfrentados. A universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de São Bernardo, ainda necessita avançar na consolidação de um espaço inclusivo, com equidade e diversidade, adotando políticas que não somente ampliem o ingresso do aluno, mas que também venham a garantir condições efetivas de permanência e êxito acadêmico.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Francisca Maria Viana Sousa de. **Políticas de ações afirmativas: um olhar sobre as cotas raciais na Universidade Federal do Maranhão-UFMA, campus VII.** (Monografia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

ALMEIDA, Silva. **Racismo estrutural.** São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL, Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2012. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 16 fev. 2025.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras; 2022.

BRAGA, Maria do Rosário de Fátima Fortes. **Ações afirmativas na educação superior: Análise de significados de políticas e ações institucionais para acesso do estudante autodeclarado negro em cursos de medicina e licenciatura em matemática na ufma.: História e debates no Brasil.** 2019. Texto dissertativo. (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

CARVALHO, José Jorge de; SEGATO, Rita Laura. **Plano de metas para a integração social, étnica e racial da Universidade de Brasília.** Brasília, DF: Universidade de Brasília, [s.d.]. Disponível em: <<https://noticias.unb.br/images/Noticias/2018/06-Jun/Plano-de-Metas-Cotas-UnB1.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Traduzido por Patrick Burglin. 2ª ed. - Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

GOMES, Joaquim Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (org.). **Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil.** São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Editora 34, 1999.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia.** São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Racismo, Preconceito e Discriminação.** 2.ed. Brasília: 2003. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2025.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S. A., 1969

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do ser negro: percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros.** – São Paulo: Educ/ Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Educação que transforma**: como o ensino superior mudou vidas e ampliou horizontes na UFMA. São Luís, 11 ago. 2025. Disponível em: < <https://portalpadrao.ufma.br/site/noticias/educacao-que-transforma-como-o-ensino-superior-mudou-vidas-e-ampliou-horizontes-na-ufma>>. Acesso em: 16 ago. 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA). **Reuni UFMA**. 2007. Disponível em: <www.proen.ufma.br/sigs/admin/fotos/410/reuniUfma.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2025.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011.